

Câmeras Corporais ampliam a transparência e modernizam as forças de segurança

Nota Técnica 04/2022

A adoção de câmeras corporais – ou Body-Worn Câmeras (BWCs) – cresceu em departamentos de polícia ao redor do mundo na última década como forma de aumentar a transparência e a qualidade da governança do uso da força pela polícia.

No Brasil, quatro estados adotam a política em seus batalhões da Polícia Militar e outros seis possuem projetos de implementação. Os estudos sobre essas experiências mostram que, quando implementadas em diálogo com a corporação e em conjunto com outras medidas de controle da atividade policial, câmeras corporais podem resultar na diminuição de ações policiais letais e das denúncias de abuso policial. Assim, melhorando a relação de confiança entre polícia e a comunidade.

Sobre isso, o Livres:

1. Prima pela atuação das forças policiais no rigor e limite da Lei para o combate à criminalidade, a promoção da segurança pública e a defesa dos direitos humanos;
2. Reforça a importância da limitação da ação estatal e dos agentes de segurança em obediência ao império da lei com ganhos de eficiência por meio da implementação de instrumentos de governança institucional;

1. Efeitos das Câmeras nas Forças Policiais

A primeira avaliação célebre sobre uso de BWCs por departamentos de polícia foi o experimento de Rialto. Por meio de um estudo randomizado controlado (RCT), pesquisadores acompanharam o efeito da política de câmeras corporais no departamento policial da cidade, mostrando evidências de que elas reduziram o uso policial da força em 50%, reduziram as denúncias contra policiais em mais de 90% e que os benefícios das BWCs seriam quatro vezes maiores que os custos.²

Os bons resultados do experimento de Rialto e a comoção provocada por frequentes casos de violência policial aumentaram a demanda pela adoção de BWCs em departamentos de polícia nos Estados Unidos, assim como em países como Austrália, Canadá, Reino Unido e Singapura.

Em 2016, 89% dos americanos aprovaram o uso de BWCs,³ organizações de direitos civis como NAACP e ACLU defendiam a expansão dessa política e 47% dos departamentos de polícia nos Estados Unidos adquiriram câmeras

corporais.⁴

A expansão do uso de BWCs multiplicou também estudos sobre o tema e os resultados passaram a ser menos consensuais. É célebre o estudo de Yokum et al (2017) que não encontrou nenhuma diferença estaticamente relevante entre policiais que usavam ou não câmeras corporais em Washington.⁵ Outros estudos chegaram a encontrar efeitos possivelmente negativos da sua adoção em termos de resistência contra policiais (Ariel et al, 2016)⁶.

A maior ambiguidade em resultados da política de BWCs fez com que pesquisadores passassem a realçar não só a adoção de câmeras corporais, mas também as condições de uso e contexto em que essa prática é inserida. O consenso acadêmico que tem sido construído é de que a implementação em diálogo com as forças policiais, a forma como as câmeras são ativadas e o modelo de armazenamento dos dados coletados são questões fundamentais para o sucesso ou não dessa política.

2. Programas de câmeras corporais em Santa Catarina e Rio de Janeiro

No Brasil, alguns programas de câmeras corporais já produziram indícios dos fatores essenciais para o sucesso ou não desse tipo de política. Três casos

merecem atenção essencial por já terem produzido estudos sobre seus resultados: (i) o projeto “Câmeras Policiais Individuais” em Santa Catarina; (ii) o uso de câmeras corporais em batalhões na favela da Rocinha no Rio de Janeiro; e (iii) o programa “Olho Vivo” em São Paulo (que analisaremos no tópico seguinte).

O uso de câmeras corporais em Santa Catarina produziu um resultado impressionante em termos de melhorar as relações entre comunidade e polícia no estado. Barbosa et al (2021) observaram 450 policiais em cinco batalhões da Polícia Militar que adotaram a política e os resultados foram promissores: redução de ações violentas por policiais em 61,2% e melhoria nos relatórios produzidos pelos oficiais. Os autores ressaltaram que o uso das câmeras por policiais em início de carreira e com incentivos para progressão funcional contribui para o sucesso do programa.

Nesse sentido, o caso do uso de câmeras em batalhões da Polícia Militar na Rocinha mostra um exemplo contrastante. Magaloni, Melo e Robles (2022) registraram um alto índice de desobediência aos protocolos de uso das câmeras por parte dos policiais que participaram da experiência e diminuição de interações entre esses policiais e os civis. Os autores ressaltam a importância de programas do tipo estarem associados

a uma cultura organizacional de cooperação entre a tropa e o comando.

3. Avaliação do Programa de Câmeras Em São Paulo

O programa “Olho Vivo”, em São Paulo, apresenta resultados preliminares que empolgam. Segundo Marcolino e Tavares (2022), o uso de Câmeras Operacionais Portáteis (COP) reduziu em 90% o número de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (MDIP).⁸ Além disso, crescem os registros de casos solucionados com a ajuda das câmeras.⁹ A baixa discricionariedade para uso da câmera é apontado como um diferencial em relação a outros programas, sendo considerado por especialistas como elemento importante no sucesso do projeto.

Dados preliminares da avaliação do programa em São Paulo também têm sido analisados pelo Centro de Ciência Aplicada à Segurança Pública e já apontam bons resultados.

Na avaliação, dividiu-se os batalhões e companhias de policiais da RMSP em dois grupos: os que faziam o uso de câmera e o grupo de controle que não estava usando câmeras. A metodologia utilizada para avaliação do efeito das câmeras foi o método econométrico de diferenças-em-diferenças, que desconta

efeitos sazonais e fatores locais que não variam no tempo.

Após o período de avaliação, os resultados preliminares mostram que houve redução de 51% das mortes decorrentes de intervenção policial nas unidades que receberam as câmeras em relação às demais unidades da Região Metropolitana de São Paulo.

Uma preocupação comum entre os céticos em relação a esse tipo de política é de que o uso de câmeras iria inibir a ação policial, o que geraria dificuldades no combate à criminalidade. Porém, essa inibição não apareceu de forma consistente no caso de São Paulo:

- PCSP: Houve aumento de 123% nos registros de ocorrências de porte de drogas, mas não houve mudança que fosse estatisticamente significativo no número de prisões e flagrantes;
- PMESP: Houve aumento do total de registros de Boletins de Ocorrência Eletrônicos (19%), em especial nos referentes à Violência Doméstica (93%) e Furto (28%).
- PMESP: O número de consultas de RG pelos policiais militares de unidades com COP se reduziu em 25% no primeiro trimestre após a

introdução da medida, mas essa redução desaparece no trimestre seguinte.

Ou seja, após um período de ajuste, os dados parecem indicar que os policiais que usam as cameras não se sentem inibidos para realizar seu trabalho.

Conclusão e Recomendações:

No geral, os estudos sobre programas brasileiros de câmeras corporais apresentam conclusões valiosas. Em dois deles, são encontrados resultados benéficos acima da média da literatura sobre o tema, indicando que a adoção desse tipo de política em contexto de renda média e alta violência pode amplificar o seu impacto positivo.

Além disso, os estudos destacam que a cooperação dos policiais envolvidos é essencial para que o programa dê resultado, indicando a importância da implementação em conjunto com outros mecanismos de incentivos para os policiais, bem como junto a um controle rigoroso de cumprimento do protocolo por parte do comando.

Os programas de câmera precisam de preparação cuidadosa e atenção à implementação para permitir que os dispositivos funcionem como pretendido, ou seja, provendo segurança aos bons profissionais da lei e aos cidadãos abordados pelos agentes.

Ao olhar para a eficácia a partir desta perspectiva, as políticas ligadas à implementação de câmeras devem focar em: “Como funcionam as câmeras corporais, em que condições e para quem?”. Além disso, as diretrizes da implementação só terão resultados positivos se forem introduzidas em conjunto com mecanismos para fazer cumprir a conformidade. Sem o apoio significativo das forças policiais e sem sistema de compliance a política permanecerá ineficaz.¹⁰

Assim, o Livres recomenda a expansão da política de câmeras, bem como a implementação nos estados da federação em que a política ainda não foi adotada, observando as diretrizes fornecidas pelas evidências disponíveis e com especial atenção ao diálogo com as forças policiais e à formação continuada.

Com a colaboração de:

Deborah Bizarria e Lucas Aquino

Coordenadora de Políticas Públicas e Associado da setorial de Justiça e Segurança Pública do Livres, respectivamente.

Referências

1. <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/o-que-pensam-os-candidatos-ao-governo-dos-maiores-estados-sobre-cameras-em-uniformes-de-policiais/>
2. [2] Ariel, B., Farrar, W. A., & Sutherland, A. (2015). The effect of police body-worn cameras on use of force and citizens' complaints against the police: A randomized controlled trial. *Journal of Quantitative Criminology*, 31(3), 509–535. Os efeitos de longo-prazo foram confirmados por Sutherland et al (2017).
3. [3] <https://www.cato.org/policing-in-america/chapter-4/police-body-cameras>.
4. [4] <https://bjs.ojp.gov/library/publications/body-worn-cameras-law-enforcement-agencies-2016>.
5. [5] Yokum, David, Anita Ravishankar, and Alexander Coppock. 2017. Evaluating the Effects of Police Body-Worn Cameras: A Randomized Controlled Trial. Washington, D.C.: The DC Lab Working Paper.
6. [6] Ariel, Barak, Alex Sutherland, Darren Henstock, Josh Young, Paul Drover, Jayne Sykes, Simon Megicks, and Ryan Henderson. 2016a. "Wearing Body Cameras Increases Assaults Against Officers and Does Not Reduce Police Use of Force: Results from a Global Multi-Site Experiment." *European Journal of Criminology* 13(6): 744–55.
7. [7] Barbosa et al. De-escalation technology: the impact of body-worn cameras on citizen-police interactions. 2021.
8. [8] Marcolino, Antonio César Ferrari e Tavares, Gustavo Moreira. Impacto do uso das câmeras operacionais nas ocorrências de morte decorrente de intervenção policial na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Encontro da ANPAD, 2022.
9. [9] <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/05/cameras-no-uniforme-da-pm-letalidade-policial-intervencao-lesao-corporal.htm>.
10. FLIGHT, Sander. Opening up the black box: Understanding the impact of body cams on policing. *European Law Enforcement Research Bulletin*, n. 4 SCE, p. 47-59, 2019.